



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, nº 1.111, Nova Pouso Alegre, POUSO ALEGRE / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

TRE Nº4/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

TERMO DE REFERÊNCIA
DE ACORDO COM A IN SGD/ME 01/2019 - VERSÃO JULHO DE 2021
DEMANDA Nº 14 / 2021: NOVA TELEFONIA MÓVEL

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
20/09/2021	01	Versão inicial e para pesquisa de preços	Equipe PCTIC
19/11/2021	02	Versão pesquisa de preços sem comodato	Equipe PCTIC
05/01/2022	03	Versão final após pesquisa de preços	Equipe PCTIC
11/01/2022	04	Alteração da vigência do contrato 30 para 12 meses, visto que não há comodato de aparelho	Equipe PCTIC
24/01/2022	05	Adequações a pedido do setor de licitações e conforme despacho no processo	Equipe PCTIC

1 - OBJETO

Contratação, através de empresas concessionárias ou autorizadas da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de prestação continuada de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI) e Roaming Internacional, executada de forma contínua, para atendimento das demandas da Reitoria e dos Campi do IFSULDEMINAS.

2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC E ESTIMATIVA DA DEMANDA

As informações, inclusive com custos associados, dos serviços atualmente contratados foram disponibilizadas à gestão do IFSULDEMINAS, através do Gabinete da Reitoria, que deliberou a respeito, considerando as reais e atuais necessidades da Instituição e suas áreas de negócio.

Os serviços e quantitativos desta contratação, indicados na tabela abaixo, foram determinados após análise do consumo efetivo do serviço de dados dos últimos 12 meses, associados à linhas de voz e de dispositivos do tipo MODEM, bem como foram consideradas as deliberações e orientações da gestão do IFSULDEMINAS.

O detalhamento e as memórias de cálculo para a determinação desta demanda estão devidamente registradas no respectivo estudo técnico.

Tabela 1:

Id	Descrição do bem ou serviço	Código CATSERV	Quantidade	Métrica ou unidade
1	Pacote de Serviços Tipo I	26387	94	Assinatura mensal
02	Pacote de Serviços Tipo II	26387	67	Assinatura

				mensal
03	Pacote de Serviços Tipo III	26344	12	Assinatura mensal
04	Ligações LDI (LDI - SMP - M/FM) - Origem Móvel no Brasil para qualquer destino internacional	27847	600	Minutos ao ano
05	Utilização de voz e dados em roaming internacional	27855	75	Diária ao ano

3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Serviço Móvel Pessoal - SMP, assim como os serviços de telefonia fixa, permitem que esta Instituição Pública possa atender a sua comunidade e realizar seus objetivos administrativos e pedagógicos, em todas as suas unidades, incluindo a Reitoria e os Campi.

A telefonia móvel consiste em serviço estratégico para as atividades de qualquer Instituição Pública, sendo meio rápido e eficiente para redução de tempo de comunicação permitindo a pronta interação entre os usuários da instituição com vista ao desenvolvimento de ações para atendimento rápido das demandas administrativas e de gestão.

Além disso, os números das linhas já existentes do Serviço Móvel Pessoal - SMP divulgados e disponibilizados ao público, são hoje, ao lado do site na internet e da telefonia fixa, os principais canais de comunicação entre comunidade e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS.

Pode-se, numa primeira análise, confrontar o uso de telefonia móvel em face dos serviços de internet, tais como email, chat, vídeo conferência e mensageria como SMS e WHATSAPP. Todavia, o uso de telefonia móvel traz maior proximidade entre as partes e sentido de urgência nas soluções das questões administrativas, principalmente as de gestão. Cabe registrar, também, que na comunicação com o público em geral, a telefonia agrega confiabilidade junto ao cidadão e aos fornecedores da instituição, visto que saberão para quem ligar para resolver questões que não possam esperar o trâmite através da internet.

Registra-se, também, que em virtude da pandemia causada pela COVID-19, a demanda por este tipo de serviço aumentou significativamente, principalmente entre os gestores da Instituição, em função do trabalho remoto sem, no entanto, acarretar aumento de custos devido a modalidade de contratação de pacotes comerciais com custo fixo e sem limitações.

Nestes termos, o referido serviço é de suma importância para esta Instituição, e por isso este formato de comunicação, de natureza continuada, não poderá ser interrompido.

3.2 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O investimento em questão está diretamente alinhado com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação vigente para o período 2018 - 2022, em especial com o objetivo estratégico a seguir:

- OE.01 - Expandir, padronizar e inovar a oferta de serviços e infraestrutura.

Esta demanda está prevista no ID 14 de compromissos contratuais do PDTIC 2021 - 2022 e, também, no Plano Anual de Contratações 2022 como segue:

- ID 1: Assinatura básica anual do tipo corporativo, Voz e Dados;
- ID 2: Assinatura básica anual do tipo corporativo, somente Voz;
- ID 3: Assinatura anual do tipo corporativo, somente Dados;
- ID 1932: Serviço anual de ligações internacionais, de origem no Brasil, para qualquer dispositivo fixo e móvel, em qualquer país;
- ID 1933: Diárias de voz e dados em roaming internacional.

3.3 - DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Esta contratação tem por objetivo disponibilizar infraestrutura de comunicações móveis para a Reitoria e Campi do IFSULDEMINAS, consistindo em requisito crítico para as operações institucionais, para a realização dos objetivos administrativos e pedagógicos, e para a comunicação com a sociedade.

Objetiva, também, disponibilizar infraestrutura de comunicações para atender as necessidades do corpo de gestores da Instituição, quando seus integrantes se encontram em deslocamento ou, ainda, quando houverem demandas Institucionais fora do horário normal de trabalho permitindo, sobretudo, atendimento de questões urgentes.

3.4 - DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

O parcelamento é a análise relativa à divisibilidade do objeto, em itens ou lotes, sempre que, com isso, identificar-se o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

Assim sendo e dada a natureza do objeto, o regime da execução será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, com todos os itens em grupo único, uma vez que permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente solicitados em ordem de prestação e aqueles executados quando se tratar de LDI e roaming internacional, justificando-se pela dificuldade de definir-se, para estes e de antemão, o quantitativo exato de utilização do serviço. A adjudicação se dará pelo grupo, pois de outro modo seria inviável dos pontos de vistas econômico e operacional.

3.5 - DA NECESSIDADE DE SUBMISSÃO AO SISP

Não há necessidade de submissão ao SISP visto que a contratação ocorrerá através de pregão eletrônico comum, contemplando apenas a demanda do IFSULDEMINAS.

3.6 - DA VISTORIA

A licitante deverá oferecer cobertura, com tecnologia 3G ou superior, para os sítios do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, tendo em consideração que a contratação será conjunta (terá apenas um contrato).

Será facultada, às empresas interessadas em participar do procedimento licitatório, a realização de vistoria dos locais onde será executado o objeto demandado

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos sítios do IFSULDEMINAS, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme dados a seguir, de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente por e-mail, podendo sua realização ser comprovada por:

- Atestado de vistoria, assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do edital; ou
- Declaração, emitida pelo licitante, de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou de que realizou vistoria no local do evento, ou, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratada.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital na imprensa oficial, estendendo-se até o dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

Junto aos dados de contato para agendamento da vistoria estão disponíveis as coordenadas de cada local como orientação para possível avaliação prévia e remota da performance, por parte da licitante, do sinal de telefonia móvel em cada sítio.

A licitante vencedora do certame licitatório, para efeitos de homologação de sua proposta, deverá comunicar, formalmente na proposta, qual a tecnologia (3G ou 4G) e quais seus índices de qualidade, de acordo com o nível de serviço do item 7.3, em cada sítio da contratante para o mês anterior ao certame licitatório, para a comprovação do efetivo e bom funcionamento dos serviços de voz e dados a serem contratados. Todos estes requisitos deverão ser comprovados na ativação do serviço a ser contratado em cada um dos sites da contratada.

São relacionados a seguir a localização e dados de contato em cada um dos sítios da contratada:

Reitoria:

- Localização: Área Urbana - 22°13'35.7"S 45°55'24.0"W (fonte: [google.com/maps](https://www.google.com/maps));
- Responsável: Jaime Donizete Bonamichi;
- Telefone: (35) 3449-6177 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- Email: logistica.dtic@ifsuldeminas.edu.br;

Campus Pouso Alegre:

- Localização: Área Suburbana - 22°17'28.4"S 45°55'14.7"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Davi Ribeiro Militani;
- Telefone: (35) 3427-6606 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- davi.militani@ifsuldeminas.edu.br;

Campus Carmo de Minas:

- Localização: Área Suburbana - 22°07'37.9"S 45°08'14.0"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: João Paulo Junqueira Geovanini;
- Telefone: (35) 9-9879-1617, disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- joao.junqueira@ifsuldeminas.edu.br

Campus Três Corações:

- Localização: Área Urbana - 21°41'31.2"S 45°15'34.8"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Robson Vitor Mendonça;
- Telefone: (35) 3239-9470, disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- robson.mendonca@ifsuldeminas.edu.br

Campus Inconfidentes:

- Localização: Área Urbana - 22°19'05.3"S 46°19'41.5"W e área Suburbana - 22°18'47.5"S 46°19'49.2"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Gilcimar Dalló;
- Telefone: (35) 3464-1200 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- gilcimar.dallo@ifsuldeminas.edu.br

Campus Machado:

- Localização: Área Rural - 21°42'02.7"S 45°53'27.0"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Cristiane Santos Freire Barbosa;
- Telefone: (35) 3295-9700, ramal: 9712 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- cristiane.barbosa@ifsuldeminas.edu.br;

Campus Poços de Caldas:

- Localização: Área Urbana - 21°50'13.2"S 46°33'33.1"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Eugênio Marquis de Oliveira;
- Telefone: (35) 3697-4955 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- eugenio.oliveira@ifsuldeminas.edu.br

Campus Passos:

- Localização: Área Urbana - 20°42'51.3"S 46°37'39.3"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Tereza do Lago Godoi Heldt;
- Telefone: (35) 3529 4868 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- tereza.heldt@ifsuldeminas.edu.br

Campus Muzambinho:

- Localização: Área Suburbana - 21°21'00.1"S 46°31'41.6"W (fonte: google.com/maps);
- Responsável: Rogerio William Fernandes Barroso;
- Telefone: (35) 3571 5113 disponível entre as 8h e 12h e entre as 13h e 17h, de segunda a sexta feira;
- rogerio.barroso@muz.ifsuldeminas.edu.br.

4 – REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1 - REQUISITOS DE NEGÓCIO

Prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), executada de forma contínua, para atendimento das demandas da Reitoria e dos Campi do IFSULDEMINAS, tendo em vista que o contrato atual 02/2017, com vigência até 21/02/2022, não poderá ser renovado pois atingirá a vigência máxima prevista em lei.

4.2 - REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Não há necessidade de capacitação visto tratar-se de serviço de domínio público. A contratada

deverá apenas criar os perfis de acesso à plataforma de gestão dos serviços com breve apresentação de suas funcionalidades.

4.3 - REQUISITOS LEGAIS

Tabela 2:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078/1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Lei nº 10.520/2002	Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Decreto nº 9.507/2018	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta.
Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017	Regulamenta a contratação de serviços, mediante execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização).
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 73/2020	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Instrução Normativa SGD/ME nº 01 / 2019	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC pelos órgãos e entidades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.

Portaria nº 372/2017	Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
Lei 9.609/1998	Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências
Lei 13.709/2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
<u>Outras</u>	<u>Deverão ser observadas todas as recomendações, portarias, regulamentos e outras normas da Agência Nacional Telecomunicações - ANATEL, aplicáveis ao objeto desta contratação, independentemente de menção e/ou transcrição neste documento.</u>

4.4 - REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

A contratada deverá observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.5 - REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE

A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento através de canal apropriado em caso de falha dos serviços e demais componentes de responsabilidade da CONTRATADA usados para a fruição dos serviços.

A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, em regime de 24 horas e 7 dias por semana, com atendimento imediato em caso de falha nas redes de responsabilidade da CONTRATADA.

A contratada deverá observar e atender o que segue:

- Deverá fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada;
- Deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 72 (setenta e duas) horas corridas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação;
- Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- Caso detectado problema de funcionamento do serviço, que tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

4.6 - REQUISITOS TEMPORAIS

Tendo em consideração as necessidades de transição contratual, tem se que (todos os prazos apontados abaixo são em dias corridos):

- Dia D - data de início da execução contratual: 22/03/2022;
- Assinatura sob responsabilidade das partes: até 31 dias antes da data D apontada acima;
- Publicação do contrato sob responsabilidade da contratante: até 27 dias antes da data D apontada acima;
- Emissão da ordem de prestação de serviço e fornecimento de bens sob responsabilidade da contratante: até 26 dias antes da data D apontada acima;
- Entrega dos SIM CARDS sob responsabilidade da contratada; até 11 dias antes da data D apontada acima;
- Logística de distribuição e controle sob responsabilidade da contratante: até 5 dias antes da data D apontada acima;
- Portabilidade numérica sob responsabilidade da contratada: extamente na data D apontada acima;
- Ativação dos serviços sob responsabilidade da contratada: exatamente na data D apontada acima;
- Aceitação sob responsabilidade da contratante: até 10 dias após a data D apontada acima;
- Emissão de termo de aceitação sob responsabilidade da contratante: até 15 dias após a data D apontada acima.

4.7 - REQUISITOS DE SEGURANÇA E DE PRIVACIDADE

Não se aplica visto que objeto não exige que a contratada tenha acesso às dependências da contratante para prestação do serviço que será online.

4.8. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

A contratada deverá executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Todos os dados da contratante que constarão da plataforma de gestão do serviço, também deverão estar de acordo com a lei citada acima.

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo as linhas de serviços e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos e dados pessoais.

O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, é conforme Anexo I deste termo de referência.

Manter a plataforma de gestão do serviço sem quebrar o sigilo telefônico, seguindo os ditames da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

4.9. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA

Considerando a demanda institucional por acesso móvel à Internet, a presente contratação inclui franquias mensais de 5 GB ilimitada para transmissão de dados nos celulares e mini modems. Essa franquia deverá ser consumida por operações como troca de e-mails, acesso aos sistemas e plataformas utilizadas pela instituição, comunicação através de soluções diversas, entre outros.

A fim de garantir desempenho compatível com as demandas institucionais, o objeto da presente contratação exige que a CONTRATADA forneça conexão através de, no mínimo, redes 3G na Reitoria e em todos os Campi do IFSULDEMINAS, inclusive aqueles em áreas suburbanas.

As tecnologias 2G oferecem uma taxa máxima de transmissão de 171 Kbps e 400 Kbps respectivamente, e que na prática acabam sendo inferiores. Com essas taxas de transferência, o consumo pela instituição do produto adquirido (5 GB/mês) fica comprometido e não atende às demandas dos usuários, podendo acarretar o pagamento integral da franquia e sem uso pleno da mesma.

A Contratada deverá observar compatibilidade com a arquitetura tecnológica para a rede sem fio (Wi-Fi) dos Modems da Contratante com pelo menos os seguintes padrões: 802.11b, 802.11g e 802.11n.

4.10. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO

Não se aplica ao objeto desta contratação.

4.11. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

Não se aplica ao objeto desta contratação.

4.12. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica aos cartões SIM durante o período de vigência do contrato, da seguinte forma:

- No caso de defeitos não ocasionados por mau uso, o reparo ou substituição deverá ser feito em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação à CONTRATADA, e não pode representar nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
- O reparo ou substituição deverá ser providenciado independentemente se a garantia do fabricante esteja vigente ou não.

4.13. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Não se aplica ao objeto desta contratação.

4.14. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE

Não se aplica ao objeto desta contratação.

4.15. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

A CONTRATADA deve prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

A CONTRATADA deve fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do

funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 72 horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

Para o Serviço Móvel Pessoal, a CONTRATADA deve utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ SMP Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

A contratada deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários. Caso detectado problema de funcionamento do serviço, que tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

4.16 - REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS

4.16.1 - REQUISITOS FUNCIONAIS

O serviço de telefonia móvel compreende a realização e recebimento de chamadas Locais e de Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI), de móvel para fixo e de móvel para móvel de mesma ou outras operadoras, além dos serviços de SMS, MMS, roaming nacional e internacional, acesso à internet móvel, portabilidade numérica, entre outros e de acordo com o detalhamento a seguir.

Para a prestação do serviço de telefonia móvel a proponente deverá contemplar os seguintes itens:

- Cartões SIM e linhas associadas para serviços de voz e internet móvel e com pacote de dados ilimitado;
- Cartões SIM e linha associadas para apenas serviços de voz;
- Cartões SIM e linhas associadas para utilização em Mini MODEM portátil, no padrão USB, para serviços de internet móvel e com pacote de dados ilimitado.

4.16.2 - PACOTE DE SERVIÇOS EMPRESARIAL TIPO I

Pacote de Serviços Empresarial Tipo I com as seguintes características mínimas:

- Assinatura mensal de linha de voz com ligações locais (VC1) e LDN (VC2 e VC3) ilimitadas para qualquer telefone fixo ou móvel e de qualquer operadora;
- Envio de SMS (limitados com mínimo de 2.000 SMS por mês);
- Roaming nacional ilimitado;
- Acesso à caixa postal / secretária eletrônica ilimitado;
- Franquia mínima de dados de 5 GB;
- Custo fixo mensal.

4.16.3 - PACOTE DE SERVIÇOS EMPRESARIAL TIPO II

Pacote de Serviços Empresarial Tipo II com as seguintes características mínimas:

- Assinatura mensal de linha de voz com ligações locais (VC1) e LDN (VC2 e VC3) ilimitadas para qualquer telefone fixo ou móvel e de qualquer operadora;
- Envio de SMS (limitados com mínimo de 2.000 SMS por mês);
- Roaming nacional ilimitado;
- Acesso à caixa postal / secretária eletrônica ilimitado;
- Custo fixo mensal.

4.16.4 - PACOTE DE SERVIÇOS EMPRESARIAL TIPO III

Pacote de Serviços Empresarial Tipo III com as seguintes características mínimas:

- Assinatura mensal de linha de dados;
- Com franquia mínima de 5 GB;
- Bloqueio de chamadas e envio de SMS, para utilização em todo o território nacional sem custo adicional por deslocamento;
- Custo fixo mensal.

4.16.7 - LIGAÇÕES LDI E ROAMING INTERNACIONAL

As ligações LDI consistem em serviços telefônicos de origem Móvel no Brasil, assim entendidas as ligações oriundas de telefones móveis destinadas a telefones Fixos ou móveis (LDI - SMP - M/FM) para todos os países, independente de região e faturadas em minutos.

O serviço de Roaming Internacional será realizado sob demanda por meio de ativação prévia e será cobrado por dia de uso habilitado (diária de franquia habilitada). Deve incluir plano de dados da diária com franquia mínima de 500MB por dia e serviços de voz.

Chamadas recebidas ou originadas do acesso móvel contratado, no Brasil ou visitante em rede de operadora associada em outro país, de/para outro acesso móvel ou fixo para países dos EUA, Canadá, América Latina, África e União Europeia.

Os serviços de ligações LDI e de Roaming Internacional devem ser bloqueados para todos os usuários. Somente deverão ser habilitados os serviços quando solicitados pela CONTRATANTE, via chamado na central de atendimento da operadora, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da abertura do chamado na central de atendimento. O serviço de roaming internacional deverá ser habilitado somente para a quantidade de diárias solicitadas, devendo ser identificado de forma individualizada na fatura.

4.16.8 - DO ACESSO À INTERNET

A CONTRATADA deve seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia móvel (SMP) presentes no Regulamentos de Gestão da Qualidade (RGQ-SMP) da Anatel - Resolução nº 717/2019 ou mais atual.

A especificação técnica do tráfego em IP referente aos serviços de acesso à internet deverá observar os padrões definidos pela ANATEL para as tecnologias 3G e 4G.

A fim de garantir desempenho compatível com as demandas institucionais, o objeto da presente contratação exige que a CONTRATADA forneça conexão através de, no mínimo, redes 3G na Reitoria e em todos os Campi do IFSULDEMINAS, inclusive aqueles em zona rural.

A CONTRATADA deverá disponibilizar franquia de internet compartilhada para as linhas relativas às assinaturas de PACOTE DE SERVIÇOS EMPRESARIAL TIPO I e III. As linhas das assinaturas de PACOTE DE SERVIÇOS EMPRESARIAL TIPO II não deverão fazer uso do compartilhamento de internet.

A despeito da franquia compartilhada e caso o total de franquia seja consumido antes de findar o período mensal de faturamento, a CONTRATADA deverá manter disponível os serviços de dados, admitindo-se, neste caso, a limitação ou redução da velocidade de acesso de acordo com a regulamentação da ANATEL..

4.16.9 - PLATAFORMA DE GESTÃO DO SERVIÇO

A CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal Web ou aplicativo de acesso via Internet que permitirá à CONTRATANTE efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas móveis contratadas. Este portal ou aplicativo deverá ter, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- O acesso ao portal deverá ser realizado mediante login com uso de senha pessoal para garantir que somente pessoas autorizadas tenham acesso às facilidades da ferramenta;
- Disponibilizar no mínimo um perfil de acesso para o gestor do contrato;
- Definir o perfil de utilização de cada linha;
- Agrupar as linhas em centros de custos;
- Permitir que a CONTRATANTE realize consultas de acompanhamento do uso diário dos serviços contratados:
 - Por tipo de destino: local, interurbano, fixo e etc;
 - Por horário / calendário;
 - Número chamado;
 - Definição de centros de custos;
 - Consumo de minutos de ligações de voz;
 - Consumo da franquia de dados;
 - Bloqueio e ativação do serviço de LDI;
 - Bloqueio e ativação do serviço de roaming internacional;
- Caso algumas das consultas listadas acima não estejam disponíveis na plataforma de gestão, as mesmas deverão ser disponibilizadas através de canal de atendimento alternativo;
- Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.

4.16.10 - CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DO SERVIÇO

A contratada deverá observar as seguintes características adicionais do serviço contratado:

- Para a prestação do Serviço de Telefonia Móvel, a CONTRATADA deverá permitir a habilitação, bloqueio e desbloqueio individual dos acessos móveis e fornecer os cartões SIM, novos e de primeiro uso, habilitados e compatíveis com sua rede de telefonia móvel, na quantidade solicitada pela contratante;
- O serviço de roaming nacional deverá ocorrer de forma automática e sem a necessidade de habilitação do

acesso móvel ou de qualquer outro equipamento, em todo o território nacional e de acordo com regulamentação da ANATEL;

- A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de chamada em espera, desvio de chamada, consulta, conferência, identificação de chamada, correio de voz, SMS (Short Message Service) bidirecional;
- Os cartões SIM a serem entregues deverão operar na tecnologia mais avançada comercializada pela empresa na área local, observada a tecnologia mínima de 3G;
- Os serviços relacionados a seguir deverão ser prestados sem ônus para os órgãos contratantes:
 - Habilitação, bloqueio e desbloqueio;
 - Portabilidade numérica;
 - Custo de sindicância e ligações provenientes de clonagem da linha celular;
 - Facilidades de identificador de chamadas, transferência temporária de chamada (siga-me), conferência, chamada em espera, não perturbe e ocultação do número da linha no identificador de chamadas do telefone de destino;
 - Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha;
 - Reativação de número de linha;
 - Serviço de caixa eletrônica de mensagens (secretária eletrônica);
 - Disponibilização de ferramenta on line (conta on line) para consulta ao detalhamento das faturas e dos serviços, em substituição a fatura em papel, com o devido detalhamento mínimo exigido em regulamentação da ANATEL;
 - Os dispositivos da contratante de comunicação de dados e voz deverão, obrigatoriamente, estar habilitados e aptos para funcionamento em todo Território Nacional e, sob demanda, para uso internacional.
- Que seja minimizado o Downtime de migração (indisponibilidade do serviço) entre as soluções de contratadas durante eventual transição contratual;
- Não haja dependência de tecnologias proprietárias ou de determinados fabricantes e equipamentos;
- A solução proposta seja comum de mercado e apta a ser fornecida por diferentes prestadores de serviço do ramo.

4.16.11 - DA PORTABILIDADE NUMÉRICA

A tabela do Anexo II deste termo de referência relaciona todos os números passíveis de portabilidade. Os números que efetivamente serão portados constarão da ordem de serviço, bem como o serviço associado a cada número.

5 - DAS RESPONSABILIDADES

5.1 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São deveres e responsabilidades da contratante:

- Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço acordados;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;
- Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;
- Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;
- Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

- Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

5.2 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da contratada:

- Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à ativação, operação e níveis de serviço;
- Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18;
- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou no Distrito Federal, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e cumprir as normas de segurança da CONTRATANTE;
- Entregar os cartões SIM à Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre - MG;
- Realizar a entrega dos cartões SIM e as habilitações das linhas conforme demanda da CONTRATANTE, mediante Ordem de Serviço. A entrega deverá ser efetivadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;
- Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;
- Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada, aceitando-se a disponibilização de central de atendimento no estilo call center para atendimento específico à contratante;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato no prazo de 72 horas;
- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 24 horas úteis após a assinatura do contrato, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo, com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil;
- Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;
- Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência;
- Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- Providenciar, no prazo máximo de 15 dias corridos, o serviço de troca de número e/ou troca de cartão SIM,

sem qualquer ônus extra para a CONTRATANTE;

- Manter em funcionamento contínuo todos os acessos SMP e caixa postal (correio de voz);
- Providenciar em até 2 dias úteis a reparação, no caso de identificação de clonagem, de forma que não haja interrupção dos serviços, devendo permanecer o mesmo número do chip substituído;
- Atender às solicitações de serviços de habilitação, troca de número, entrega de aparelhos ou qualquer outro tipo de serviço eventualmente requerido, somente por Preposto designado;
- Repor o cartão SIM no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, na hipótese de extravio, perda ou roubo do chip, a pedido do Gestor do Contrato;
- Providenciar o serviço referente a bloqueio de linhas móveis quando solicitado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 12 horas. A CONTRATADA não poderá cobrar por ligações e/ou serviços a partir da referida solicitação de bloqueio que sejam faturados em minutos e diárias. Tal cobrança apenas poderá ocorrer quando da solicitação de desbloqueio pela CONTRATANTE e o restabelecimento completo da prestação do serviço pela CONTRATADA. Aplica-se neste caso, a regulamentação da ANATEL referente ao prazo de suspensão dos serviços;
- O bloqueio dos chips somente poderá ser executado por solicitação de representante credenciado da CONTRATANTE;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;
- Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;
- Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quais sejam, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas;
- A CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso, constante no Anexo I deste termo de referência, com declaração de manutenção de sigilo;
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; e
- Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 - ROTINAS DE EXECUÇÃO

As rotinas de execução são como segue:

- Realização de reunião inicial e registro de seus objetivos como, por exemplo:
 - Apresentação do gestor e fiscais de contrato;
 - Apresentação formal do preposto e entrega de procuração;
 - Assinatura de termo de compromisso de manutenção de sigilo;
 - Emissão da ordem de prestação do serviço e de fornecimento de bens;
 - Apresentação dos requisitos temporais e, em especial, da transição de contrato;
- Entrega dos cartões SIM;
- Logística de distribuição aos usuários;
- Execução da portabilidade numérica e ativação dos serviços;
- Emissão de termo de aceitação.

6.2 - QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS E SERVIÇO

O contrato prevê dois quantitativos do tipo X+Y, onde X é a quantidade da nova demanda que constará da primeira ordem de prestação e no início do contrato e Y quantidade de margem para eventuais demandas futuras e não previstas. O pagamento devido à contratada será aquele que constar da ordem de prestação inicial do serviço podendo, no decorrer da vigência contratual, ser acrescido de quantitativos em novas ordens. Assim, as quantidades mencionadas são conforme tabela a seguir:

Tabela 3:

Id	Descrição do bem ou serviço	Quantidade inicial	Quantidade sob demanda	Métrica ou unidade
1	Pacote de Serviços Tipo I	70	24	Assinatura mensal
02	Pacote de Serviços Tipo II	50	17	Assinatura mensal
03	Modens 4G e SIM cards	10	2	Assinatura mensal
04	Ligações LDI (LDI - SMP - M/FM) - Origem Móvel no Brasil para qualquer destino internacional	600	0	Minuto ao ano
05	Utilização de voz e dados em roaming internacional	75	0	Diária ao ano

6.3 - MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Os mecanismos formais desta contratação incluem, e não se esgotam, no que se segue:

- Contrato de prestação de serviço;
- Ordens de prestação de serviço (nota de empenho) e notificação de entrega;
- Ofícios;
- Emails;
- Termos de recebimento, provisórios e definitivos.

6.4. MANUTENÇÃO DO SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

Os requisitos de manutenção do sigilo e normas de segurança são conforme consta nos itens 4.7 e 4.8.

7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Os critérios de aceitação são:

- Entrega dos CARTÕES sim na quantidade a constar da ordem de prestação e de fornecimento;
- Verificação e controle dos dados de identificação dos cartões SIM fornecidos;
- Portabilidade numérica;
- Ativação do serviços;
- Acompanhamento mensal da prestação do serviço e verificação do atendimento do nível de serviço acordado.

7.2 - PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

A avaliação da qualidade dos bens na condição de comodato, ativos e passivos, que compõem a solução será feita em função de:

- Conferência dos cartões SIM, verificação e controle dos dados de identificação, quantidade por tipo de serviço;
- Testes de funcionalidades dos serviços e verificação de conformidade do funcionamento;
- O recebimento será efetuado somente se o item corresponder inteiramente às características definidas neste Termo de Referência, bem como a avaliação prévia da performance dos serviços de voz e dados, considerando os requisitos mínimos de qualidade definidos neste documento (refira-se ao item 7.3);
- A entrega dos cartões SIM, bem como a ativação plena dos serviços contratados deverão ocorrer conforme definido no item 4.6;
- Não serão aceitos produtos ou itens usados, reformados, reconicionados ou reaproveitados;
- Os dados de identificação dos cartões SIM deverão ser listados na nota fiscal;
- Nota: a avaliação plena dos cartões SIM e linhas associadas depende da ativação plena dos serviços contratados e será feito após a conclusão da ativação destes serviços contratados. Após ativação deverão ser verificados os seguintes itens:
 - Portabilidade numérica;
 - Verificação de todos os serviços agregados aos cartões SIM;
 - Verificação e definição de usuários da plataforma on-line de gestão;
 - Testes do número de telefone para suporte e abertura de chamados nos termos deste documento;
- Embalagem será de responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser confeccionada de acordo com as melhores práticas vigentes. A embalagem deve ser suficiente para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte e armazenagem do local de fabricação até o local de entrega;
- Todos os volumes deverão apresentar marcação e código que possibilitem a identificação de seu conteúdo sem a abertura da embalagem. Devem conter, também, o endereço indicado pela Contratante, devendo ser acompanhado dos respectivos documentos de remessa, lacrados com selo da Contratada;
- Caberá a Contratada realizar o transporte por sua conta e risco, de todos os itens adquiridos até o local de entrega dos mesmos;
- A entrega dos itens deverá ocorrer de segunda a sexta-feira no horário de 08 às 16 horas no endereço Av. Vicente Simões, 1.111 - Bairro Nova Pousa Alegre - Pousa Alegre - MG;
- Todas as despesas de entrega serão de responsabilidade da contratada;
- A comissão designada para recebimento, ou o responsável, terá o prazo de 10 dias para conferência e aceitação provisória dos bens fornecidos, contados a partir da data da entrega pela contratada. A avaliação plena dos bens contratados, em regime de comodato, depende da ativação plena dos serviços contratados e será feito após a conclusão da ativação destes serviços contratados;
- A recusa total ou parcial dos equipamentos será formalizada por meio de Termo de Recusa, contendo os desvios, erros e não conformidades identificados e prazo para correção;
- Em caso de recusa do objeto, a CONTRATADA deverá providenciar o conserto ou substituição dos cartões SIM no prazo estabelecido no Termo de Recusa, sem prejuízo da aplicação de sanções de penalidades pelo atraso da entrega no prazo estabelecido;
- O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

A aceitação dos serviços se dará na ativação e mensalmente, ou período equivalente, após recebimento da fatura e observando os requisitos dos itens 7.3 e 7.4.

A CONTRATADA deve prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

A CONTRATADA deve fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana.

A CONTRATADA deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 72 horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.

Para o Serviço Móvel Pessoal, a CONTRATADA deve utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ SMP Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

A contratada fará acompanhamento mensal da prestação do serviço e verificação do atendimento do nível de serviço acordado.

A contratada deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários. Caso detectado problema de funcionamento do serviço, que tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

7.3 - DO NÍVEL DE SERVIÇO MÍNIMO EXIGIDO

O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima de acordo com os requisitos do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – (RGQ-SMP) da Anatel - Resolução nº 717/2019 ou mais atual.

Na hipótese de ocorrência de interrupção total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido no prazo máximo estabelecido em regulamentação da ANATEL.

Fornecer número telefônico ou canal de atendimento, para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE, e/ou a quem esta designar, um atendimento diferenciado por meio de consultoria especializada com status de cliente corporativo.

As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Caso detectado problema de funcionamento do serviço, que tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

Para fins desta contratação considera-se Nível Mínimo de Serviços – NMS a definição em termos tangíveis e objetivamente observáveis, dos níveis esperados de qualidade de prestação de serviço e as respectivas adequações de pagamento.

Os serviços contratados necessitam de objetivos e metas que possam auxiliar a contratante a aferir seus resultados de acordo com suas necessidades, definindo-se as responsabilidades e objetivos mensuráveis de forma que a contrapartida seja realizada em função do efetivamente executado.

O termo do NMS prevê, ainda, com base em análises e relatórios o perfeito gerenciamento da prestação do objeto, com ferramentas capazes de monitorar e medir serviços, além de verificar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, de forma a subsidiar a contratante em decisões quanto à manutenção do objeto.

A implementação do NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇOS visa os seguintes benefícios:

- Estabelecer uma via de responsabilidade de mão dupla;
- Criar níveis de serviços padronizados;
- Documentar níveis de serviço;
- Definir critérios para a avaliação do serviço;
- Fornecer as ferramentas para fiscalização visando a melhoria da execução do serviço; e
- Padronizar métodos para comunicar as expectativas de execução do serviço.

Por se tratar de acordo de nível de serviço, a aplicação de descontos nas faturas mensais independe de processo administrativo. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

Tabela 4:

INDICADOR 1: Taxa de Conexão de Voz	
Finalidade	Acompanhamento mensal dos níveis mínimos exigidos pela ANATEL.
Meta a cumprir	>= 95%
Instrumento de medição	Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL
Forma de acompanhamento	Acompanhamento mensal através do Monitoramento de Redes do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL e disponível em http://gatewaysiec.anatel.gov.br/mobileanatel/ , utilizando-se dos dados do mês mais recente daquele relatório

Periodicidade	Mensal, conforme ciclo de faturamento
Mecanismo de cálculo	Total de chamadas completadas dividido pelo total de tentativas
Início da vigência	A partir do primeiro faturamento
Faixa de ajuste	Desconto de 1% sobre o valor da fatura do mês de ocorrência.

Tabela 5:

INDICADOR 2: Taxa de Desconexão de Voz	
Finalidade	Acompanhamento mensal dos níveis mínimos exigidos pela ANATEL.
Meta a cumprir	<= 2%
Instrumento de medição	Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL
Forma de acompanhamento	Acompanhamento mensal através do Monitoramento de Redes do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL e disponível em http://gatewaysiec.anatel.gov.br/mobileanatel/ , utilizando-se dos dados do mês mais recente daquele relatório
Periodicidade	Mensal, conforme ciclo de faturamento
Mecanismo de cálculo	Total de chamadas interrompidas (queda) dividido pelo total de chamadas
Início da vigência	A partir do primeiro faturamento
Faixa de ajuste	Desconto de 1% sobre o valor da fatura do mês de ocorrência.

Tabela 6:

INDICADOR 3: Taxa de Conexão de Dados	
Finalidade	Acompanhamento mensal dos níveis mínimos exigidos pela ANATEL.
Meta a cumprir	>= 98%
Instrumento de medição	Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL
Forma de acompanhamento	Acompanhamento mensal através do Monitoramento de Redes do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL e disponível em http://gatewaysiec.anatel.gov.br/mobileanatel/ , utilizando-se dos dados do mês mais recente daquele relatório
Periodicidade	Mensal, conforme ciclo de faturamento
Mecanismo de cálculo	Total de conexões de dados dividido pelo total de tentativas
Início da vigência	A partir do primeiro faturamento
Faixa de ajuste	Desconto de 1% sobre o valor da fatura do mês de ocorrência.

Tabela 7:

INDICADOR 4: Taxa de Desconexão de Dados	
Finalidade	Acompanhamento mensal dos níveis mínimos exigidos pela ANATEL.
Meta a cumprir	<= 5%
Instrumento de medição	Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL
Forma de acompanhamento	Acompanhamento mensal através do Monitoramento de Redes do Serviço Móvel Pessoal – SMP e Relatório de Dados de Fiscalização Consolidados por Estado (MG) da ANATEL, disponível em http://gatewaysiec.anatel.gov.br/mobileanatel/ , utilizando-se dos dados do mês mais recente daquele relatório.
Periodicidade	Mensal, conforme ciclo de faturamento

Mecanismo de cálculo	Total de conexões de dados interrompidas (queda) dividido pelo total de conexões
Início da vigência	A partir do primeiro faturamento
Faixa de ajuste	Desconto de 1% sobre o valor da fatura do mês de ocorrência.

7.4 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste documento e demais cominações legais que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- Não mantiver a proposta e não assinar o contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura, considerados os prazos legais;
- Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- Multa conforme tabela 9 a seguir;
- Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- O atraso superior a 15 (quinze) dias para início da prestação do objeto autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA conjuntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;
- A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos de eventual garantia contratual, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela abaixo:

Tabela 8:

Ocorrência	Pontos
Taxa de conexão de voz (%): total de chamadas completadas dividido pelo total de tentativas ($\geq 95\%$)	01
Taxa de desconexão de voz (%): total de chamadas interrompidas (queda) dividido pelo total de chamadas ($\leq 2\%$)	01
Taxa de conexão de dados (%): total de conexões de dados dividido pelo total de tentativas ($\geq 98\%$)	01
taxa de desconexão de dados (%): total de conexões de dados interrompidas (queda) dividido pelo total de conexões ($\leq 5\%$)	01
Cobrança por serviço não prestados	02
Cobrança fora do prazo estabelecido pela regulamentação pertinente	02
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	02
Não apresentar corretamente e/ou não respeitar o prazo mínimo de 05 dias entre a data de entrega e a data de vencimento da fatura, para entrega da Nota Fiscal, física ou eletrônica, dos serviços prestados no mês, incluindo detalhamento das chamadas, consumo de dados, valor total do serviço e os tributos e encargos	02
Atraso na ativação inicial dos serviços e daqueles solicitadas sob demanda	05
Atraso na prestação de informações e esclarecimento solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso após o prazo inicial de 72 horas	05

A cada registro de ocorrência será apurado o somatório da pontuação das ocorrências acumuladas no período de 6 meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

Tabela 9:

Pontuação acumulada	Sanção
04	Advertência
05	Advertência
06	Multa correspondente a 5% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
07	Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
10	Multa correspondente a 15% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
15	Multa correspondente a 20% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
22 ou mais	Rescisão Unilateral do Contrato

7.5 - DO PAGAMENTO

O prazo de pagamento se dará de acordo com a instrução normativa IN/MPOG 02/2016: até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da nota fiscal ou fatura para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, observado o disposto no seu §1º; ou até trinta dias contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, para os demais casos.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA, na forma e prazo estabelecidos neste documento, além do comprovante de recolhimento dos encargos sociais e, quando for o caso, das multas aplicadas e os seguintes procedimentos:

- A CONTRATANTE terá 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da prestação do objeto para aferição e emissão do termo de recebimento definitivo que conterà autorização

- para emissão da nota fiscal;
- Caso haja contestação, a CONTRATANTE terá 2 (dois) dias úteis contados a partir do recebimento da contestação para emitir parecer;
 - Se o parecer julgar improcedente a contestação da CONTRATADA, deverá ser providenciada a emissão da fatura conforme termo de aceitação definitiva;
 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura de serviço pela CONTRATADA está condicionada a validação pela CONTRATANTE, por meio do ateste da prestação do objeto e da verificação da necessidade da aplicação de descontos no valor da Nota Fiscal/Fatura, oriundos da aplicação de eventuais glosas ou sanções;
 - Nota Fiscal ou Fatura de serviço deverá ser obrigatoriamente acompanhada da regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93;
 - As Notas Fiscais, devem ser eletrônicas (NFe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;
 - Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, os dados bancários do credor para emissão da ordem bancária, número do contrato, mês de referência e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996;
 - Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições;
 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do CONTRATANTE, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;
 - Em caso de irregularidade ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado;
 - No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (art. 27, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);
 - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;
 - Havendo atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:
 - $I = (TX/100)/365 \times EM = I \times N \times VP$, onde:
 - I = Índice de Atualização Financeira;
 - TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
 - EM = Encargos Moratórios;
 - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 - VP = Valor da parcela em atraso.
 - Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente;
 - A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:
 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
 - Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, será observado, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003;
 - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;
 - Previamente à emissão de nota de empenho e do pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao

Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;
- Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

8 - ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço da contratação, observados os requisitos da Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, e suas atualizações, observando-se, em especial, as disposições do seu art. 5º, devidamente detalhada no documento Estudo Técnico Preliminar, é R\$ 101.939,61 (cento e um mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos), observados os quantitativos abaixo.

Tabela 10:

Id	Descrição do bem ou serviço	Quant.	Quant. total	Valor unitário mensal	Custo fixo relativo à quantidade X		Custo variável relativo à quantidade Y	
					Valor médio mensal	Valor total 12 meses	Valor médio mensal	Valor total 12 meses
1	Pacote de Serviços Tipo I	70 + 24	94	58,04	4.062,80	48.753,60	1.392,96	16.715,52
2	Pacote de Serviços Tipo II	50 + 17	67	26,21	1.310,50	15.726,00	445,57	5.346,84
3	Modens 4G e SIM cards	10 + 2	12	57,35	573,50	6.882,00	114,70	1.376,40
4	Ligações LDI (LDI - SMP - M/FM) - Origem Móvel no Brasil para qualquer destino internacional	600	600	8,15	NA	4.890,00	NA	NA
5	Utilização de voz e dados em roaming internacional	75	75	29,99	NA	2.249,25	NA	NA
Valor total estimado para 12 meses						78.500,85	-----	23.438,76
Valor total geral para 12 meses (X + Y)								101.939,61

9 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

Por se tratar de serviço comum, de acordo com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, esta demanda será atendida pela licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo comum. Os dados orçamentários constarão do processo de licitação.

O cronograma físico financeiro corresponde ao desembolso:

- Do valor fixo mensal estimado de R\$ 5.946,8 correspondente às assinaturas mensais;
- Do valor mensal estimado sob demanda de serviços LDI e roaming internacional, aqui considerado 1/12, de R\$ 594,94;
- Acréscimo de custo de eventuais novas demandas referentes às assinaturas mensais de R\$ 1.953,23.

10 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato vigorará por **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, **limitado a 60 (sessenta) meses**, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11 - DO REAJUSTE

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Serviços de Telecomunicações, apurado e divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação formal da contratada. O reajuste a que a contratada fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o seu encerramento.

12 - DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime da execução dos contratos é de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com todos os itens em grupo único, uma vez que permite o pagamento apenas pelos serviços efetivamente solicitados em ordem de prestação e aqueles executados quando se tratar de LDI e roaming internacional, justificando-se pela dificuldade de definir-se, para estes e de antemão, o quantitativo exato de utilização do serviço.

12.2 - DA DECLARAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto da contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520/2002, do §1º do Art. 2º do Decreto 10.024/19 e do §2º do Art. 3º do Decreto 3.555/00, com a redação dada pelo Decreto nº 7.174/10”.

12.3 - TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO.

12.4 - DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

Será permitida a participação de licitantes especializadas na prestação dos serviços objeto da presente licitação, consorciadas entre si, desde que apresentando uma única proposta e Termo de Compromisso de Constituição assinado por todos, com a indicação da empresa-líder, sendo esta responsável por toda negociação durante o certame. A participação de empresas reunidas em consórcio obedecerá as normas da Lei nº 8.666.

12.5 - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação visto tratar-se de prestação especializada de serviços através de empresas concessionárias ou autorizadas pela ANATEL.

A utilização de serviços de outras empresas de telefonia visando atender demandas de interconexão, roaming nacional e roaming internacional é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão e localização, dentre outras. Para fins da presente licitação, o uso desses serviços será permitido e não será entendido como subcontratação.

Em qualquer hipótese de uso de serviços de terceiros permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades das demais empresas, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.6 - DA GARANTIA CONTRATUAL

Por se tratar de serviço comum de uso geral da sociedade, de que há prestadoras concessionárias ou autorizadas da ANATEL e dada a experiência deste órgão público quanto ao uso efetivo do serviço, não será exigida garantia contratual. De outro modo poderia restringir a concorrência dado o valor estimado que não é expressivo para o mercado, quando comparado com processos centralizados na Central de Compras do Ministério

da Economia.

12.7 - JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DO DIREITO E MARGENS DE PREFERÊNCIA

Em função da natureza do objeto, exige-se para esta contratação que as licitantes sejam concessionárias ou autorizadas ANATEL. Sabe-se que estas licitantes não se enquadram como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e, portanto, os direitos de margens e de preferência não se aplicam.

12.8 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

O proponente, para efeitos de habilitação e homologação, além dos requisitos previstos no edital, deverá comprovar, formalmente através de documento próprio da ANATEL, tratar-se de operadora de serviço de telefonia móvel na condição de Concessionaria ou de Autorizada.

Deverá, também, apresentar declaração própria onde conste:

- Que possui infraestrutura de telefonia móvel para atender todas as localidades citadas no Item 3.6 e de acordo com os requisitos tecnológicos definidos neste documento e, em especial, informando, para cada site da contratada, as tecnologias de cobertura respectivas (se de terceira ou de quarta geração);
- Quais os índices de qualidade, de acordo com o nível de serviço do item 7.3, em cada sítio da contratante para o mês anterior ao certame licitatório, ou do último mês disponível, para a comprovação do efetivo e bom funcionamento dos serviços de voz e dados a serem contratados;
- O número telefônico para contato e registro de ocorrências do funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana;
- O endereço WEB da plataforma de gestão do serviço;
- Apresentar declaração indicando o encarregado responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18;

12.9 - DA PROPOSTA

O proponente deverá apresentar proposta de preço baseada no modelo do edital. Os preços deverão ser expressos em Reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação.

Junto a proposta, a licitante deve anexar:

- Atestado de vistoria, assinado pelo servidor responsável, conforme modelo do edital, se realizada ou declaração, emitida pelo licitante, de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou de que realizou a respectiva vistoria;
- Caso opte por não realizar a vistoria, anexar declaração própria de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratada.

12.10 - DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

A transição contratual deverá observar os requisitos do item 4.6.

12.11 - DOS ANEXOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

São anexos deste termo referência:

- Anexo I: Termo de compromisso
- Anexo II: Relação de números passíveis de portabilidade numérica.

13 - DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída e registrada no documento de oficialização da demanda do planejamento desta contratação.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Pouso Alegre, 24 de janeiro de 2022.

Integrante Requisitante
Pâmela Hélia de Oliveira
SIAPE: 1817630
(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Técnico
Vera Carolina da Silva
SIAPE: 1258555
(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Administrativo
Jaime Donizete Bonamichi
SIAPE: 1968298
(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima da Área de Tecnologia da Informação
Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva
SIAPE: 2805113
(Documento assinado eletronicamente)

Autoridade Máxima Administrativa
Honório José de Moraes Neto
SIAPE: 1672254
(Documento assinado eletronicamente)

Reitor - Autoridade Máxima da Instituição
Marcelo Bregagnoli
SIAPE: 1218109
(Documento assinado eletronicamente)

Documento assinado eletronicamente por:

- Pamela Helia de Oliveira, CHEFE DE GABINETE - CD3 - IFSULDEMINAS - GAB, em 25/01/2022 10:21:46.
- Honorio Jose de Moraes Neto, PRO-REITOR - CD2 - IFSULDEMINAS - PROAD, em 25/01/2022 09:41:16.
- Vera Carolina da Silva, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 24/01/2022 18:16:01.
- Cleber Avila Barbosa, REITOR - REITOR SUB - RET, em 24/01/2022 17:31:14.
- Ramon Gustavo Teodoro Marques da Silva, DIRETOR - CD3 - IFSULDEMINAS - DTI, em 24/01/2022 17:11:29.
- Jaime Donizete Bonamichi, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI, em 24/01/2022 16:47:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/01/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 214310
Código de Autenticação: 8d047f8e54

